

Nísia Floresta: Pensamento pedagógico-feminista

Nísia Floresta: Pedagogical thinking feminism

Rita de Cássia Fraga Machado
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Tefé (AM) – Brasil
Samantha Lodi-Corrêa
Faculdades Integradas Maria Imaculada (FIMI)
Mogi Guaçu (SP) – Brasil

Resumo

Educadora brasileira, a nordestina Dionísia Gonçalves Pinto se manifestou firmemente pelo direito das mulheres à educação e à escola. Assim, é considerada, por historiadores, a pioneira da educação e do feminismo no Brasil. Para ela, a mulher deveria ter acesso a uma educação igual à dos homens, direito ao trabalho e deveria ser digna de respeito, um sujeito de direitos. Além disso, Nísia Floresta, como ficou conhecida, enfatizava que as mulheres pudessem ser consideradas sujeitos com a mesma capacidade cognitiva. Para a sociedade da época, o homem era um ser “completo”, portanto, superior à mulher, vista como um ser incompleto e de baixo desenvolvimento cognitivo. Este artigo propõe apresentar pressupostos pedagógicos do seu pensamento a partir de três obras: *Opúsculo humanitário*, *A mulher* e o poema “As lágrimas de um caeté”.

Palavras-chave: Educação; Nísia Floresta; Pensamento pedagógico; Feminismo.

Abstract

A Brazilian educator, Dionísia Gonçalves Pinto, from the Northeast of Brazil, strongly advocated for women's right to education and schooling. Thus, she is considered, by historians, the pioneer of education and feminism in Brazil. For her, women should have access to an education equal to that of men, the right to work and should be worthy of respect, a subject of rights. In addition, Nísia Floresta, as she became known, emphasized that women could be considered subjects with the same cognitive capacity. For the society of the time, the man was a “complete” being, therefore, superior to the woman, seen as an incomplete being and of low cognitive development. This article proposes to present pedagogical assumptions of his thought from three works: *Humanitarian booklet*, *The woman* and the poem “Tears of Caeté”.

Keywords: Education; Nísia Floresta; Pedagogical thinking; Feminism.

Quem foi Nísia Floresta¹?

Nísia nasceu em 12 de outubro de 1810, às nove horas da noite, na cidade de Papari², situada ao leste do Rio Grande do Norte, precisamente no sítio da família que levava o nome de Floresta.

Ela foi a primeira filha de Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, advogado e escultor, e de Antonia Clara Freire, de quem pouco se sabe, somente que era “dona de casa”, como muitas mulheres de sua época. Sua vida se resumia a ser mãe e esposa, dentro da reprodução social da mulher na sociedade patriarcal. Nísia casou-se pela primeira vez aos 13 anos de idade, em 1823, com Manuel Alexandre Seabra de Melo, proprietário de terras e homem de pouca instrução. Menos de um ano após o casamento, já demonstrando a personalidade que teria ao se tornar adulta, ela não se dobrou às imposições de um casamento “de fachada”. Assim, em tempos em que a tradição da família e do sagrado laço do matrimônio imperava, ela se separa do marido e volta a morar com os pais. O rompimento do casamento e a aceitação por parte dos pais em recebê-la de volta era um tanto quanto incomum no período.

Passado algum tempo após a separação, Nísia muda-se da casa dos pais e passa a viver em algumas cidades, estabelecendo-se posteriormente no progressista Pernambuco. No contexto pernambucano do período, havia grande circulação das ideias federalistas. Lá o movimento pela independência tem seu início em 1801 e recebeu o nome de “Conspiração Suassunas”. Em 1817, eclode a Revolução Pernambucana, com propostas autonomistas e de independência – “verdadeiro motor de Dezessete” (MELLO, 2004). No ano anterior, mesmo afetados por uma grande seca, os pernambucanos continuavam enviado grandes quantias para a corte.

É importante ressaltar o papel central de Pernambuco na geração de superávits comerciais, mantendo lucros após a abertura dos portos, mesmo com a coroa privilegiando os ingleses. A questão econômica tinha relação direta com o processo desencadeado, mas estava longe de ser uma reivindicação de independência para todo o Brasil, ou separatista, no sentido de que o Brasil ainda não era pensado como nação. “O governo provisório não invocava os direitos do Brasil, mas o descumprimento pelos Braganças do pretendido pacto com a capitania” (MELLO, 2004, p.34). O movimento foi reprimido por portugueses, pela elite conservadora e até por populares³.

A independência do Brasil não trouxe mudanças significativas para as contestações pernambucanas. Em 2 julho de 1824, foi declarada a independência de Pernambuco, que envolveu também outras províncias como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, formando a Confederação do Equador. O desejo de emancipação foi uma reação direta ao autoritarismo de D. Pedro I, expresso na Carta de 1824. Havia resistência em jurar fidelidade à Constituição outorgada, com o poder moderador e todas as intervenções nas províncias para forçar esse juramento, pois esperava-se uma monarquia constitucional, que não foi aceita pelo imperador. A duração da Confederação foi curta e reprimida ferozmente pelas tropas imperiais, que executaram Frei Caneca, Cipriano Barata e outros dos seus principais líderes (MELLO, 2004).

Verdadeira machona entre as sinhasinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extra-domésticas, as próprias baronesas e viscondesas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas [...], causa pasmo ver uma figura de Nísia. (FREYRE, 1996, p. 109 *apud* CAMPOI, 2011, p. 2001).

A comparação machista feita pelo sociólogo Gilberto Freyre⁴ nos leva a imaginar o grau de excepcionalidade dessa mulher naquela época e naquele cenário, praticando ações que, ao olhar de hoje, são consideradas comuns, dada a extensão das liberdades conquistadas pelas mulheres. Outra análise que podemos realizar desta citação de Freyre é em relação ao contexto socioeconômico, em que Nísia pôde estudar e ingressar na escola, tendo acesso ao conhecimento, em contraste com uma realidade na qual poucas mulheres podiam ter acesso à instrução. Essa luta se tornou a de Nísia Floresta: a luta pelo direito intelectual das mulheres. Foi a sua principal batalha por toda a vida. Ela enfrentou e desafiou todos que viam nela uma ameaça.

Tempos depois, Nísia conheceu um acadêmico da Faculdade de Direito, Manuel Augusto de Faria Rocha, que viria a ser o seu segundo marido e pai de seus dois filhos. Mas o casal não permaneceu em Pernambuco. Em 1828, uma fatalidade atingiu a família da escritora. Seu pai foi assassinado na cidade de Recife, a mando de um capitão-mor, chamado Uchoa Cavalcanti (ITAQUY, 2013). O crime ocorreu no dia 17 de agosto, antes mesmo de Nísia Floresta completar 18 anos, e o motivo teria sido político. A educadora se refere a esse fato em suas notas bibliográficas: “Esse advogado, que fizera triunfar o direito de seu pobre cliente, alvo

da injustiça atroz de tal tirano, caiu de improviso sob os golpes de assassinos pagos por ele” (FLORESTA, 2001, *apud* CAMPOI, 2011, s/p).

Nísia colaborou com o periódico *Espelho das Brasileiras* a partir de 1831. Em 1832, publicou seu livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, uma livre tradução da obra da sra. Godwin, ano em que mudou para Porto Alegre, após a conclusão do curso de Direito por seu companheiro Augusto. Nessa mudança, o casal foi acompanhado pela filha Lúvia Augusta de Faria da Rocha, além da mãe e do irmão de Nísia (MARGUTTI, 2019). Em Porto Alegre, nasceu seu filho Augusto Américo de Faria Rocha. Em 1833, ela sofreu outra grande perda: em 29 de agosto, Manuel Augusto morreu de modo repentino, com apenas 25 anos. Ela permaneceu na cidade, trabalhando como preceptora e depois dirigindo um colégio. “Nísia fez amizade com Giuseppe Garibaldi, que comandava a marinha da República Riograndense, e com Anita, sua esposa” (MARGUTTI, 2019, p.12).

O contexto era justamente da Revolução Farroupilha, que eclodiu em oposição ao centralismo político, iniciado com D. Pedro I, que foi sentido como uma desconsideração aos rio-grandenses. A perda de autonomia, com a liberdade ameaçada, afetou profundamente a província, que já se sentia sobrecarregada pelas taxas e impostos cobrados pelo governo central. Tudo isso foi reforçado pelo período regencial, o que a elite sulista considerava intolerável. Havia descontentamento generalizado. Como o Ato Adicional de 1834 dava poder legislativo às províncias, exceto no requisito imposto, “já era tarde demais para segurar a rebelião do Sul contra a corte” (PESSAVENTO, 2017, p.240).

O sistema tributário complicava a produção do charque e, na disputa de poder, o charque da Argentina e do Uruguai foi privilegiado. Havia insatisfação militar, uma vez que, mesmo cuidado das fronteiras, os senhores rio-grandenses não recebiam postos de comando nas batalhas travadas em suas fronteiras. Além disso, o presidente da província que foi indicado não era de “confiança” e servia mais aos regentes que ao povo sulista (PESSAVENTO, 2017).

“Nós somos a estalagem do Império”, dizia o general Bento Gonçalves da Silva, estancieiro e militar, líder do movimento, ao explicar a atitude dos rio-grandenses em revolta: o império servia-se dos homens, cavalos e munições, requisitava o gado e não retribuía com pagamento de indenização das perdas sofridas ou com atribuição de cargos e honrarias aos chefes de guerra locais. (PESSAVENTO, 2017, p.242).

Nesse contexto, Nísia muda-se para o Rio de Janeiro em 1837. Na capital do Império, ainda no período regencial, criou o Colégio Augusto para a formação de meninas, desenvolvendo um currículo diferenciado para a época, o que lhe causou novamente “má fama”. Suas publicações eram constantes, seja em textos para periódicos, seja em livros, reeditados ou inéditos. Produzia com afinco e posicionava-se, com todas as contradições de ser uma mulher feminista no início do século XIX.

Em 1849 saiu a primeira edição de *Lágrima de um Caeté*, poema que faz uma homenagem aos revoltosos da Praieira e que também trata da degradação do índio brasileiro em virtude da colonização. Em setembro desse ano, Livia sofreu um acidente ao cavalgar e recebeu conselho médico no sentido de mudar de ares. Em virtude disso e talvez para evitar as sensações de desconforto geradas pela campanha difamatória contra o seu colégio nos jornais e pela atuação da censura em relação ao seu poema elogiando os liberais, Nísia mudou-se para Paris em novembro do mesmo ano. (MARGUTTI, 2019, p. 18).

A partir daí, viveu mais na Europa do que no Brasil. Além da França, esteve na Alemanha, em Portugal, na Itália, na Grécia. Continuou publicando em português, mas também em italiano, francês e inglês, algumas traduções feitas por sua filha Livia. Conheceu e correspondeu-se com o positivista Augusto Comte. Em 1875, voltou definitivamente para Europa, encontrando-se com Livia em Londres, e depois seguindo para Lisboa. Por fim, instalou-se entre Rouen e a pequena vizinha Bonsecours, na França, onde faleceu vítima de pneumonia em 1885 (MARGUTTI, 2019).

Atualmente, a cidade onde Nísia Floresta nasceu leva seu nome. Feminista defensora dos direitos das mulheres, foi também educadora, escritora e poetisa. Devido aos seus escritos progressistas, precisou adotar alguns pseudônimos⁵, tais como: Nísia Floresta Brasileira Augusta, Dionísia Pinto Lisboa, Tellezilla, Telesila, B.A, *Une Brésilienne*, Quotidiana Fidedigna, entre outros. “Ela era uma mulher de muitos nomes, também de muitas vidas. A sua preocupação maior, o sonho pelo qual lutou por tanto quanto teve de energias, foi o de elevar a mulher brasileira à plenitude de suas potencialidades humanas” (SHARPE-VALADARES, 1989, p.i).

Como aconteceu com outras mulheres, Nísia sofreu em vida o preconceito da sociedade patriarcal, além de ser vítima de boatos e difamação por defender o direito das mulheres, por acreditar em mudanças. Após sua morte, não foi muito diferente. Margutti aponta que uma conterrânea da educadora, Isabel Godim, promoveu uma campanha contra

ela, acusando-a de ser leviana, mestiça (!), adúltera e plagiadora. Também Câmara Cascudo, em 1930, escreveu contra Nísia, “porém, essas críticas preconceituosas foram desmascaradas e o valor de Nísia acabou reconhecido” (MARGUTTI, 2019, p. 21).

O motivo de tais ataques é claro: seu protagonismo feminista expresso em todos os seus atos. Aplicou suas crenças à sua própria vida, não se submetendo, e também estendeu às mulheres o direito do desenvolvimento intelectual.

Pensamento pedagógico e a educação

“A educação é o caminho para salvar vidas, construir
paz e fortalecer os jovens”
Ban Ki-moon

Essa foi a lição de Nísia Floresta, é a lição de Malala e tem sido a tarefa da Escola As Pensadoras, que estiveram e estão tentando ensinar ao mundo que, só através da educação de meninas e meninos de forma igual, é possível mudar o mundo. Educação que transcende sem excluir o espaço formal, mas que deve ser colocada em prática nos complexos e simples atos cotidianos.

O pensamento pedagógico de Nísia Floresta, ou a “pedagogia nisiana”, se caracteriza como conservador e progressista, por isso se revela paradoxal. Fundamenta-se na concepção de que a mulher, da mesma forma que os homens, tem o direito de acesso ao conhecimento mais profundo, não se limitando a disciplinas como música, desenho e costura, mas englobando outras, a exemplo do latim, do francês e da matemática.

O pensamento de Nísia é bastante controverso. No livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, a autora defende o acesso e o direito das mulheres a postos de comando (a hierarquia – valor de uma sociedade positivista e patriarcal), mas, no *Opúsculo humanitário*, traz a ideia de elevação moral às mulheres, do seu papel social como mãe de família, enfatizando a “regeneração da sociedade” por meio dos atributos femininos da virtude.

As mulheres tinham um papel importante nos preceitos do positivismo, já que, dotadas de uma superioridade moral, seriam capazes de regenerar a sociedade em contraposição à rigidez e à racionalidade masculina. O princípio positivista não defendia a igualdade dos gêneros, pelo contrário, entendia as mulheres como figuras sociais importantes, dotadas de uma “identidade positiva” fundamental na formação de uma nova sociedade. Seu lugar era atuando no âmbito privado. (CAMPOI, 2011 p. 206).

Nísia acreditava que ter as mesmas oportunidades de ocupar lugares públicos era o suficiente para a busca de igualdade perante um sistema profundamente desigual, patriarcal e racista. A limitação do seu pensamento está exatamente na falta de uma análise que implica olhar para as relações de gênero como relações de poder e que reconheça que a igualdade de acesso aos espaços públicos é apenas um primeiro passo na conquista pela libertação das meninas. Sem dúvida, o pensamento positivista de Comte em relação à mulher influenciou seu pensamento⁶.

O *Opúsculo humanitário*, de certa forma, reflete um atrito básico entre os fundamentos da filosofia positivista e a filosofia liberal. Ao analisarmos o texto, podemos observar que Nísia Floresta, mulher de sua época, herdou desse contexto modos de pensar a respeito da mulher em consonância com a corrente positivista, e nesta obra ela fundamenta seus pressupostos teóricos. Estes também são ora influenciados pelo tradicionalismo, herdado por ela da Ilustração e do Romantismo; ora observados na sua luta pela libertação das consciências em relação aos padrões mais tradicionais e à visão patriarcal da época, quando a autora escreve sobre o potencial intelectual das mulheres e a sua “utilidade” para a sociedade brasileira.

Assim, como todo rompimento estrutural de concepção social causa resistência aos que se encontram acomodados ao *status quo*, com a escritora não foi diferente: mulher, viúva e mãe de dois filhos, em um ambiente patriarcal e dominado pelo conservadorismo, ela sofreu muitas represálias, mas não se calou diante do patriarcado, tornando-se conhecida nacionalmente hoje como uma das primeiras feministas do Brasil.

Pressupostos teórico-metodológicos feministas das obras e pensamento feminista

Durante o estudo das obras de Nísia Floresta apontadas neste artigo, percebemos que existe uma forte relação entre seu pensamento pedagógico e os princípios feministas de sua época. Nísia e o seu pensamento estão situados entre os anos de 1820. Ela é considerada pioneira no pensamento feminista do Brasil devido ao seu posicionamento firme sobre os direitos das mulheres, particularmente em relação ao direito à educação pública para as mulheres. Mulher, pensadora e pioneira pelo ativismo das mulheres no Brasil, ela acreditava que os problemas da humanidade e os problemas morais dos homens poderiam ser solucionados por meio da razão, da ciência e da educação. Nísia foi influenciada pelo pensamento iluminista por algumas razões. A primeira delas, talvez a mais importante, seja

porque lia muito os europeus, trocava cartas com alguns filósofos iluministas da sua época e esteve muito próxima do pensamento de Mary Wollstonecraft.⁷

Entre suas principais ideias, muito próximas às defendidas pela filósofa Mary Wollstonecraft, estão a semelhança entre homens e mulheres, ideia essa que iremos desenvolver como pressuposto pedagógico de uma educação feminista; a relação entre mulheres e as ciências, bem como a igualdade de educação para mulheres e homens, sem distinção. Essas ideias estavam no bojo do pensamento feminista de sua época e foram os motivadores de Nísia Floresta na defesa de uma educação para as mulheres.

Nos pressupostos teórico-metodológicos em que iremos discutir com maior profundidade essas ideias, principalmente a ideia relacionada à semelhança entre homens e mulheres aparecerá com muita força.

Para Nísia, homens e mulheres não são diferentes socialmente, nem em questão de preferências, a não ser por questões culturais e históricas. Estas são algumas das contribuições da autora que influenciam o pensamento feminista hoje.

1º pressuposto pedagógico: as mulheres têm igual capacidade mental

Nísia Floresta iniciou seu caminho de luta pelo direito de acesso à educação às mulheres e pela paridade de gênero, escrevendo artigos para o jornal *Espelho das Brasileiras*, em 1831. “Durante trinta edições (de fevereiro a abril), Nísia colabora com artigos que tratam da condição feminina em diversas culturas” (DUARTE, 2010).

Além dos artigos para o jornal, ela escrevia ainda crônicas, contos, poesias e ensaios. A obra de Nísia Floresta em defesa dos direitos das mulheres, que se tornou a mais conhecida, foi a tradução livre de *Vindications of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft. Nesse livro, ela trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho e exige que as mulheres sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade (DUARTE, 2010).

Não existe nenhuma conexão real entre nossas questões biológicas e nossa capacidade de obter e produzir conhecimento. Essa desqualificação feita há séculos pelos homens de que as mulheres não teriam capacidade intelectual faz parte de um pensamento misógino e equivocado repassado por gerações, através de um ensino que inferioriza as mulheres. Nísia enfatiza isso em seus textos de forma prática, uma vez que a própria elaboração e a publicação dos seus escritos são uma prova da capacidade intelectual feminina.

Nesse sentido, as mulheres e a ciências são associadas.

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1832 *apud* CAMPOI, 2011, s/p).

Qual é o terror dos homens que mal se esconde por trás desse esforço contínuo de dissociar mulheres e intelecto? Esta pergunta está presente em toda a sua obra, na forma de um pensamento-ação. Nísia não só denuncia a misoginia dos homens, como também anuncia caminhos para a ação concreta, tendo em vista a superação da dicotomia mulher–intelecto.

2º pressuposto pedagógico: a educação das mulheres é fundamental para uma sociedade moralmente qualificada

“Educai, para isto, a mulher e com ela marchai
avante, na imensa via do progresso, à glória que leva
o renome dos povos à mais remota posteridade!”

Nísia Floresta (1989, p. 160)

Os escritos transformadores de Nísia Floresta evidenciavam a sua preocupação com a condição de vida da mulher brasileira e a necessidade da sua atuação em postos de comando. No período em que viveu, a segregação social e escolar feminina era exorbitante, e tal fato a levou a lutar pela educação das meninas e a refletir sobre o seu papel social, como podemos observamos em *Opúsculo humanitário*, de 1853:

A ignorância de nossas mulheres poderá ser um dia substituída por conhecimento que um dia as tornem dignas de renome. Mas o mesmo não acontecerá a respeito da viciada educação que, como incêndio, vai lavrando pelo centro das famílias e deixando-lhes consideráveis vestígios, que nenhuma instrução conseguirá apagar. (FLORESTA, 1989, p.101-102).

É nessa obra que Nísia apresenta profundas reflexões sobre a necessidade de as mulheres terem acesso de forma igual aos homens à educação formal. Para a autora, é necessário para um reconhecimento moral que as mulheres tenham instrução, possam se formar em universidades e ter seus títulos.

Na visão de Nísia:

Se se instituísse uma classe pública de operárias em toda a sorte de trabalhos, oferecer-se-ia a uma parte das famílias desvalidas do Brasil não somente um meio seguro de livrá-las da miséria, mas ainda de habilitá-las para um futuro que não está longe. (FLORESTA, 1989, p. 132).

Percebemos que também há uma preocupação de garantir acesso igual à educação a todas as mulheres, não só às senhoras da casa-grande, mas a todas, sem distinção. Existe uma preocupação de classe nos escritos de Nísia Floresta no que diz respeito à educação das mulheres.

3º pressuposto pedagógico: as mulheres não são inferiores aos homens

Os “vestígios” consideráveis a que Nísia se refere são os resquícios da “inferioridade da capacidade cognitiva” da mulher, que se fixou no imaginário social; a forma de olhar a mulher como um objeto de beleza que precisa exalar graciosidade; e o fanatismo em dotar as meninas de um corpo notável. Esses vestígios, ainda que as meninas tivessem o mesmo acesso à educação que os meninos, estariam presentes no comportamento e no imaginário sociais.

Nísia, atrevida e ousada, estabeleceu respeito e igualdade na educação das meninas. Nas duas escolas que fundou no Brasil – a primeira em Porto Alegre, no período em que residia no Rio Grande do Sul (1833-1837), e a segunda no Rio de Janeiro (1838-1849) –, manteve programas de estudo para as mulheres que contavam com disciplinas como história, geografia, português, francês, latim, ou seja, todas as áreas do conhecimento. Essa ação causou desconforto na sociedade e foi alvo de diversos ataques:

As opiniões sobre o ensino dedicado às alunas do Colégio Augusto, publicadas quase sempre anonimamente nos jornais cariocas, apesar de terem tonalidade negativa, na verdade demonstram os avanços das propostas educacionais que destoavam da pedagogia em voga na época no que tange ao ensino feminino. (CAMPOI, 2011, s/p).

Por não serem inferiores, então, todas estariam aptas a aprender as mais diversas disciplinas para o seu desenvolvimento intelectual. Nísia não pensou na época sobre os desdobramentos que o ensino das técnicas domésticas poderiam trazer para a vida moral das mulheres, nem mesmo fez um estudo sobre a questão do trabalho doméstico. Esta é uma questão em aberto na sua obra e, justamente por estar em aberto, é passível de uma série de interpretações. Nesse período histórico, a questão dos trabalhos domésticos ainda não aparecia nos debates como veio a aparecer posteriormente.

4º pressuposto pedagógico: ensino público, gratuito e laico para as mulheres

Não foi Anísio Teixeira o “pai” da educação pública no Brasil. Na verdade, Nísia foi a pioneira em realizar o debate a respeito da educação pública. Ela fazia forte oposição à comercialização do ensino, como escreveu em jornais da época, pois escolas eram frequentemente abertas sem consistência educacional nem a presença das mulheres. Além do ensino no âmbito escolar, Nísia também escrevia sobre a educação na família e dirigia ainda duras críticas à generalidade dos princípios e hábitos seguidos pela nação, que considerava “errôneos”. Vejamos um trecho do *Opúsculo humanitário*:

As lições e os esforços de uma ou outra pessoa, desta ou daquela família, nada podem contra a generalidade dos princípios e hábitos seguidos por uma nação inteira. Um ou outro pai conseguirá educar bem seus filhos, mas, não estando esta educação no espírito de seu país, eles permanecerão estrangeiros no meio de sua própria sociedade, e nada terá o país ganho com estas frações diminuídas da enorme soma dos prejuízos e erros que presidem à educação geral. Para cortar as cabeças sempre renascentes dessa hidra moral seriam precisos outros tantos Hércules quantas são as ideias e práticas errôneas do nosso povo. (FLORESTA, 1989, p.108)

Que ideias e práticas errôneas seriam essas que a autora tanto repudiava? Espartilhos que prendiam a respiração, a vaidade e o fanatismo que transformavam crianças em objetos de espetáculo, “as inatividades viciosas”, falsamente apelidadas de delicadeza. Estes eram alguns dos comportamentos destinados culturalmente à mulher, tanto a criança como a adulta, e que a limitavam a mero objeto de observação e entretenimento do patriarcado. Essas questões estavam sendo sempre problematizadas por Nísia. Afirmava a autora: “[...] estão tão acostumados a ver as coisas tais quais agora são, que não podem imaginá-las de outra maneira” (FLORESTA, 1989, p.64).

Garantir um ensino público, gratuito e laico para todas as mulheres era um caminho para mudanças, mas, sem dúvida, Nísia pensava que esse ensino deveria ser igual ao dos homens, reforçando os pressupostos de não inferioridade entre os sexos, uma vez que eles têm a mesma capacidade intelectual. Neste sentido, a igualdade da educação também tiraria a mulher dessa condição de objeto de desejo masculino, em termos de observação e entretenimento, deixando de ser obrigada a agir como culturalmente ansiava a sociedade da época. A educadora iniciou uma luta por corpos livres que ainda permeia nosso cotidiano.

5º pressuposto pedagógico: a defesa de uma sociedade abolicionista: índios, negros e brancos

Além de ser defensora do direito das mulheres à educação pública, Nísia Floresta manifestou-se também contra a escravidão e a favor dos indígenas. Escreveu, em 1849, um poema intitulado “A lágrima de um caeté”, em que retrata a beleza da natureza e um índio vencido e inconformado com a opressão do homem branco invasor.

Desenvolvia-se nesse período, em Pernambuco, a Revolução Praieira (1848-1850), e Nísia, usando o pseudônimo de “Telesila”, lamentava a morte dos revoltosos e de Nunes Machado, que estudou na Faculdade de Direito com Augusto. O poema pode ser dividido em cinco partes, de acordo com a análise de Margutti (2019): a primeira apresenta o índio e o cenário; a segunda fala da invasão do colonizador português e da perda das terras, com imposição de costumes, relatando a traição de alguns e a vingança dos espíritos dos caetés; na terceira parte, Nunes Machado aparece como vingador desses índios e dos mortos nas revoluções de 1817 e 1824; na quarta parte, Machado continua vivo, invocado por Caeté; na quinta parte, Caeté dialoga com as alegorias da Realidade e da Liberdade, apontando que o Despotismo será expulso do Brasil. O poema passou por censura:

Levando em conta o contexto em torno das lacunas, os prováveis assuntos censurados seriam os seguintes: críticas à crueldade e aos males da colonização portuguesa (estrofes XXXIV-XXXV, LVII-LVIII), a justiça tardia, porém merecida, feita aos portugueses (estrofes LIX-LX), as reivindicações dos pernambucanos revoltosos e a punição desrespeitosa dos mesmos (estrofes LXVII-LXVIII), a morte heroica de Nunes Machado e os sentimentos por ela despertados (estrofes LXXIII-LXXIV e CXXXVII-CXXXVIII), a retirada do Caeté depois dos acontecimentos adversos aos pernambucanos (versos 698-9 da estrofe CXXXVIII). (MARGUTTI, 2019, p.39).

Vejamos um trecho selecionado do poema:

[...] era da natureza filho altivo,
Tão simples como ela, nela achando
Toda a sua riqueza, o seu bem todo...
O bravo, o destemido, o grão selvagem,
O brasileiro era... – era um Caeté!
[...]
Aqui, mais tarde trazendo
Na alma triste, acerba dor,
Vim chorar as praias minhas
Na posse de usurpador!
[...]
Que de invadi-las
Não satisfeito,
Vinha nas matas

Ferir-me o peito!
[...]
Por nossos costumes singelos e simples
Em troco nos deram a fraude, a mentira.
De bárbaros nos dando o nome, que deles
Na antiga e moderna História se tira.
[...]
Sobre os nossos opressores
Mande o seu raio ardente!
E na Pátria dos Caetés
Sofram eles dor pungente!
Mas dor tão grande, que possa
Fazê-los lembrar da nossa!...
[...]
Do Amazonas ao Prata
O povo lhe está bradando:
– Sacia-te monstro atroz,
Teu império está finando!
Mas tu meu pobre Caeté
Escuta a Realidade;
Busca as matas, lá somente
Gozarás da Liberdade. (FLORESTA, 1997).

6º pressuposto pedagógico: a educação deveria ser anticapitalista e antiexploração

Um livro também relevante e reflexivo escrito por Nísia Floresta foi *A mulher*, em 1857, no qual explica a necessidade de uma construção teórica realista sobre os problemas sociais das mulheres e também dos chamados “amamentados”. Ela denuncia a situação das amas de leite, as quais ainda eram alvo de preconceito, sendo consideradas como “mercenárias”, e se posicionou avessa a esse tipo de exploração.

Ao avistá-lo perguntei àquela inocente que o tinha em custódia se era um seu irmãozinho. – “Não”, respondeu-me, “é um amamentado de Paris”. [...] Vindo ao meu encontro outra camponesa, mostrava-me uma carreira de seis ou sete meninos, todos vivazes e robustos, indicando-os pelo nome para satisfazer minha curiosidade. – “E aquela lá?”, demandei-lhe, indicando uma menininha que ainda não se sustinha bem em pé. – “É um dos meus dois amamentados de Paris”. – “Como fazeis vós”, repliquei, “para amamentar três de uma vez?” – “Que hei de fazer?” – respondeu; “aqui é tão duro tocar a vida! e é preciso arranjar-se de algum jeito”. (FLORESTA, 1997, p. 97 *apud* DUARTE, 2010, 234).

Conforme a interpretação de Nísia, a culpa pela exploração dessas mulheres e pelas péssimas condições de vida das crianças (que muitas vezes morriam) era da mulher burguesa, que não queria criar seus próprios filhos e usava outras mulheres para realizar essa tarefa. Nísia aponta a necessidade de superação desse tipo de exploração, o qual se insere dentro da

lógica capitalista, das mulheres brancas em relação às mulheres negras, e realiza uma crítica dura e profunda a respeito desse modelo injusto.

Para concluir

Segundo Cunha (2018), Nísia também escreveu livros em formato da antiga tradição de prosa moralista^{8/9} e doutrinários como *Conselhos à minha filha*, *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta* e *Abismo sob as flores da civilização*. Em *Conselhos à minha filha*, promoveu o ideal de transformar a mulher indiferente em mãe amorosa e responsável:

O sentimento maternal está além de todas as paixões humanas. Só uma mãe é capaz dos maiores sacrifícios sem outras vistas, sem outra recompensa mais do que o seu próprio amor. [...] Só uma mãe ama a seus filhos com um inteiro e verdadeiro desinteresse. Ela o ama feliz, se ele é virtuoso, desgraçada se ele não o é; mas o ama sempre e o ama então com um sentimento mais poderoso, a compaixão! (FLORESTA, 1845, p. 35 *apud* DUARTE, 2010, p.43).

O pensamento paradoxal de Nísia Floresta nos provoca o desejo de reinterpretar a sua obra com novas perspectivas e novos olhares. Neste caso, buscamos olhar para as obras estudadas em uma perspectiva feminista, entretanto contextualizada. As controvérsias que encontramos nas obras podem ser compreendidas justamente no contexto histórico. Nísia era uma mulher de seu tempo. Educadora, feminista dedicada à libertação da mulher durante o século XIX. Demonstrou por suas publicações e luta, ou seja, como exemplo, a sua capacidade intelectual.

Pensar sobre isso nos permite afirmar que um pensamento nunca é totalmente pronto e acabado, pelo contrário, ele sempre estará em movimento e cabe a nós, pesquisadoras do nosso tempo, contradizendo a máxima “Nísia, para além do seu tempo”, interpretá-la para a transformação que buscamos.

Referências

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX, *História*, São Paulo, v.30, n.2, p. 196-213, ago./dez. 2011.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira; LEITE, David de Medeiros. Nísia Floresta: feminista quando nem se falava sobre isso no Brasil. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Inep, 1989.

FLORESTA, Nísia Brasileira Augusta. A lágrima de um caeté. In: DUARTE (Org.). 4. ed. Natal: 1997.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). **Varia Historia**, 2011, v. 27, n. 45. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100003>.

ITAQUY, Antônio Carlos de Oliveira **Nísia Floresta**: ousadia de uma feminista no Brasil do século XIX. 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARGUTTI, Paulo. **Nísia Floresta**: uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências [recurso eletrônico] / Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 374 p. Disponível em: <http://www.editorafi.org/536nisia>. Acesso em: 15 de março de 2022.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**, vol. 11, 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 233-265.

SHARPE-VALADARES, Peggy. Estudo introdutório. In: FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Inep, 1989.

Notas

¹ Participou deste estudo e da organização e do fichamento de material Hemily Pastanas, bolsista de extensão do Clube de Leituras “As Manas”.

² “A economia do povoado de Papari, à época, era impulsionada de forma muito acanhada pela pesca e pela agricultura, o que demonstra certo atraso. A precariedade educacional evidenciava-se pelo fato de não haver escolas, de modo que as ordens religiosas da região ofereciam instrução a um exíguo número de crianças. Além de tudo, a educação existente era segregadora: aos meninos ensinava-se a ler, a escrever e a realizar operações matemáticas básicas; e às meninas, ensinava-se a como realizar trabalhos manuais” (ALMEIDA; DIAS apud CUNHA; LEITE, 2018, grifos originais).

³ Sobre a educação em Pernambuco, cabe lembrar que em 1800 foi fundado o Seminário de Olinda por Joaquim José de Azeredo Coutinho, ou bispo Dom Azeredo Coutinho. Boa parte dos religiosos que estiveram presentes em 1817 e 1824 foi formada no seminário, que, além de oferecer em seu currículo as ciências naturais, também trabalhou aspectos de consciência política.

⁴ Sobre Gilberto Freyre, sem desmerecer sua importância aos estudos nacionais, cabe ainda ressaltar não somente seu machismo, mas o fato de ser um dos responsáveis pela propagação do mito da democracia racial no Brasil. Ele propagou a ideia do “bom senhor de escravos” e de uma relação fictícia entre a casa-grande e a senzala.

⁵ Nísia é um diminutivo de Dionísia. Floresta era o nome do sítio onde moravam quando ela nasceu. Brasileira marca seu nacionalismo, exaltado talvez pelo tempo que morou na Europa, durante 28 anos. E Augusta é uma homenagem ao seu segundo marido, Manoel Augusto (ITAQUY, 2013, p.27).

⁶ O pensamento positivista desenvolvido por Auguste Comte (1798- 1857) passou por uma mudança, aceitando uma predominância do sentimento em relação à racionalidade após ele se apaixonar, em 1845, por Clotilde de Vaux, que morreu em 1846. Inspirando a criação da Religião da Humanidade, há uma idealização da mulher no plano dos direitos, mas ainda restritos ao sentimento maternal regenerador. A humanidade foi retratada por Comte como Clotilde de Vaux, segurando uma criança nos braços.

⁷ Mary Wollstonecraft nasceu em 1759 em Spitalfields, no interior da Inglaterra. Entre suas principais obras, está o artigo intitulado “*A reivindicação dos direitos dos homens*” (1790), no qual rebateu as críticas feitas à Revolução Francesa pelo pensador conservador inglês Edmund Burke. Seus escritos foram publicados de forma anônima. Dois anos mais tarde, já na França, publicou sua obra mais famosa: *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792).

⁸ Nísia publicou um total de 15 livros no Brasil e também em alguns países da Europa. Destes, restam algumas edições perdidas ou nunca localizadas: dois romances, um dos quais publicado na França, e uma novela. Outros volumes são também de difícil localização, não constando em nenhuma biblioteca ou arquivo do Brasil, mas em arquivos no estrangeiro: Estados Unidos, França e Itália, por exemplo (CUNHA; LEITE, 2018).

⁹ Comum na literatura europeia de séculos anteriores.

Sobre os autores

Rita de Cássia Fraga Machado

Professora de Filosofia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no campus Tefé, é vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEA. Tem diversas produções nas áreas de Estudos Feministas, Filosofia Feminista e Mulheres.

E-mail: rmachado@uea.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7385-3771>

Samantha Lodi-Corrêa

Professora de História, doutora em Educação na área de História da Educação pela Unicamp e é pesquisadora, principalmente, sobre o tema mulheres e feminismo. Participante do Coletivo de Mulheres Maria Lacerda de Moura.

E-mail: samantha1.lodi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8507-0574>

Recebido em: 04/05/2022

Aceito para publicação em: 20/05/2022